

Planejar é preciso

por Victor Abramo

Indústria mantém apoio ao PAC, mas quer evitar riscos previsíveis

Lançado em 22 de janeiro de 2007 como um novo conceito de investimento em infra-estrutura, e com a promessa de estimular os setores produtivos e levar benefícios sociais a todas as regiões do país, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) não atingiu, pelo menos no seu primeiro ano de vida, uma velocidade de cruzeiro, e derrapou em dados pouco animadores como a execução de apenas 44% dos pagamentos previstos para os 12 primeiros meses de vigência.

MAS, SEGUNDO AVALIAÇÃO do presidente da Abdib, Paulo Godoy, esse quadro deve mudar a partir de 2008, com uma maior participação da iniciativa privada nos empreendimentos de infra-estrutura, e reais condições de elevação do volume de investimento. “No entanto, é preciso ter em mente que isso só acontecerá se o poder público melhorar ações de planejamento e gestão, antecipando riscos e percalços”, avisa o representante da indústria de base, acrescentando que é necessário continuar discutindo formas de

ampliar os investimentos públicos e privados na infra-estrutura. “Sempre que o setor privado foi chamado a investir e superar desafios no atendimento às demandas ele correspondeu”, lembra Godoy.

TN Petróleo – **Em setembro de 2007 a Abdib manifestou preocupação com o andamento das obras relacionadas ao PAC, mostrando que, oito meses após o lançamento, apenas um tópico havia sido aprovado e sancionado. Daí em diante a situação mudou a ponto de**

incentivar a participação da iniciativa privada no plano?

Paulo Godoy – Para 2008, há condições reais do volume de investimento previsto no PAC aumentar e a iniciativa privada deve participar mais ativamente nos empreendimentos de infra-estrutura. No entanto, é preciso ter em mente que o poder público só conseguirá aumentar significativamente o volume de recursos realmente gastos em infra-estrutura se melhorar ações de planejamento e gestão, antecipando riscos e percalços. É preciso



Foto: Fábio Pozzebon, ABr



A INICIATIVA PRIVADA JÁ DEMONSTROU QUE TEM INTERESSE EM PARTICIPAR DOS INVESTIMENTOS EM INFRA-ESTRUTURA. COM REGRAS CLARAS E ESTÁVEIS E MODELOS COMPETITIVOS, O SETOR PRIVADO ASSUMIU DIVERSAS CONCESSÕES, COM GANHOS EVIDENTES E SUBSTANTIVOS TANTO PARA O PODER PÚBLICO QUANTO PARA A SOCIEDADE EM GERAL.



sempre cumprir uma grande quantidade de etapas preparatórias para conseguir tirar do papel um investimento.

A iniciativa privada já demonstrou que tem interesse em participar dos investimentos em infraestrutura. Com regras claras e estáveis e modelos competitivos, o setor privado assumiu diversas concessões, com ganhos evidentes e substantivos tanto para o poder público quanto para a sociedade em geral. Sempre que o setor privado foi chamado a investir e a superar desafios no atendimento das demandas, ele correspondeu. Isso ocorreu novamente em 2007, quando diversas concessões foram leiloadas com sucesso. Esperamos que os governos, não somente o federal mas também os estaduais, façam a op-

ção pelas concessões à iniciativa privada no setor de infraestrutura.

Considero que o PAC inova em um ponto. O modelo de gestão ajuda a desobstruir entraves que emperram o andamento dos processos. As cerimônias de apresentação de resultados trimestrais dão transparência aos problemas e ao ritmo das obras. Ao mesmo tempo, deixam claro quais problemas estão causando atrasos e força os gestores a melhorar a eficiência.

O setor privado deve dar um novo ritmo ao PAC com os leilões de concessão realizados no ano passado, principalmente no último trimestre. Empreendimentos importantes serão viabilizados com capital privado, como as hidrelétricas do rio Madeira, o que sinaliza uma boa perspectiva, pois o Brasil deixa cla-

ro que manterá a opção pela energia hidrelétrica, que é renovável e mais barata. A ferrovia Norte-Sul, os sete trechos de rodovias federais e diversos outros negócios em linhas de transmissão e exploração e produção de petróleo e gás natural significarão, também, investimentos importantes para o país superar dificuldades de infraestrutura.

Em diversas ocasiões a Abdib cobrou o empenho do Governo Federal no que diz respeito ao investimento em energia, transporte, saneamento e telecomunicações, para o setor de infraestrutura funcionar como uma plataforma e não um obstáculo ao crescimento econômico e desenvolvimento social. O senhor acha que o PAC tem condição de preencher essa lacuna?

TEMOS DE INVESTIR ALGO EM TORNO DE R\$ 100 BILHÕES POR ANO PARA EVITAR QUE DEFICIÊNCIAS DA INFRA-ESTRUTURA ATRASEM O DESENVOLVIMENTO. ESPERAMOS QUE OS GOVERNOS FAÇAM A OPÇÃO PELAS CONCESSÕES À INICIATIVA PRIVADA NO SETOR DE INFRA-ESTRUTURA.

Nós apoiamos o PAC, pois ele é uma tentativa de organizar e implementar um conjunto de projetos que passam a ser gerenciados de forma centralizada, com cobrança e acompanhamento, com um esforço mais coeso do governo federal para superar as dificuldades que fazem do ato de investir em infra-estrutura um verdadeiro périplo. É claro que a execução orçamentária ainda está aquém do que desejamos, mas consideramos que o PAC pode ser um embrião para criar uma nova mentalidade de condução dos investimentos públicos em infra-estrutura. Acharmos que o programa e os mecanismos devem ser aprimorados sempre e ultrapassar o período dos mandatos.

O Brasil tem um déficit estrutural de infra-estrutura, atualmente mais evidente em alguns setores após alguns trimestres consecutivos de crescimento econômico. Temos de ter em mente que a ex-

pansão da oferta de infra-estrutura precisa ocorrer na mesma velocidade da expansão da demanda. Com a expansão da renda e do crédito, o consumo aumentou muito e, conseqüentemente, pressionou os sistemas de energia elétrica, rodovias, portos e aeroportos, apenas para ficar em alguns deles.

Temos de investir algo em torno de R\$ 100 bilhões por ano, por vários anos consecutivos, para evitar que as deficiências da infra-estrutura diminuam o ritmo do crescimento econômico e do desenvolvimento social. Com todos os esforços e com toda a atenção da opinião pública, os investimentos estão crescendo, mas, ainda assim, estão aquém do necessário. Nos últimos quatro anos investimos entre 50% e 75% do valor anual necessário. Por isso, é preciso continuar discutindo formas de ampliar os investimentos, públicos e privados em infra-estrutura.

No segmento de petróleo e gás o PAC incorpora o planejamento estratégico da Petrobras. E alguns especialistas lembram que iniciativas visando a regulamentação, como a Lei do Gás, são fundamentais para atração do investimento privado. O senhor concorda com essa visão? Em que pé se encontra a questão?

A conclusão da tramitação do projeto de lei que visa implementar um marco regulatório específico para o gás natural é fundamental para atrair o capital privado para investimentos no setor, sobretudo no transporte do insumo. Mesmo com os investimentos gigantes da Petrobras no setor, percebemos que é necessário promover ações para aumentar esse volume de recursos aplicados. O capital privado tem interesse e, por isso, a regulamentação do mercado é importante.

Os investimentos anunciados na área de infra-estrutura logística correspondem a pouco mais de 10% do total de R\$ 503,9 bilhões (R\$ 58,3 bilhões em quatro anos) que o governo promete destinar a empreendimentos envolvendo construção e ampliação de portos, rodovias, ferrovias e aeroportos. O senhor acha que esse montante faz justiça à participação do setor na economia nacional?

Em 2007 a União apresentou o maior volume geral de investimento desde 2003, considerando todas as áreas de governo. Foram R\$ 19,2 bilhões pagos em 12 meses. O Ministério dos Transportes respondeu por 29% deste total, e algumas obras importantes avançaram, como a Ferrovia Norte-Sul; o trecho no estado do Tocantins, a BR-101 – SC/RS e a construção do trecho sul do Rodonnel em São Paulo. O programa de manutenção da malha rodoviária contabilizou R\$ 1,9 bilhão realmente gastos em 2007.

Temos muito o que fazer no setor de transporte e é necessário investir mais. No entanto, de nada adianta reservar um volume de recursos além da capacidade do governo gastar. A alternativa é transferir para a iniciativa privada a tarefa de investir, abrindo frentes para os investimentos ocorrerem mais rapidamente.

Para 2008 o governo federal anunciou a realização de novas concessões no setor de rodovias. Marcou para 31 de julho o leilão do complexo rodoviário formado pelas BRs 116 e 324, envolvendo 637 quilômetros de estradas. Além disso, se comprometeu a conceder mais dez trechos rodoviários em duas fases – até novembro de 2008 e até abril de 2009 –, totalizando mais 4.059,5 quilômetros e inaugurando a terceira fase do programa federal de concessões no setor. Outra boa notícia foi

a retomada do plano de concessão de ferrovias, envolvendo a construção de novos trechos.

No balanço de primeiro ano do PAC, a CNI avaliou que persistem obstáculos para a execução de projetos importantes, e sugeriu o aperfeiçoamento do processo de licenciamento ambiental como fundamental para melhorar o andamento do plano. Existe hoje algum movimento que indique que essa mudança vá ocorrer?

Projetos de infra-estrutura, por natureza, são de longa maturação. Até a obra começar, uma série de ações precisam ser executadas com sucesso, como a elaboração dos estudos e projetos, a obtenção das licenças ambientais e dos financiamentos. Essas e outras fases podem comprometer o PAC. Atualmente, há muita burocracia, muita demora para os empreendimentos em infra-estrutura começarem. Essa demora é causada por etapas que precisam ser cumpridas, mas poderiam ser cumpridas com mais agilidade. Há problemas diversos, desde a imprevisibilidade no licenciamento ambiental até ações judiciais nos processos de licitação. Esses obstáculos só podem ser superados com gestão eficaz, projeto por projeto.

Muitos desses projetos importantes enfrentaram ou ainda enfrentam dificuldades na obtenção de licenças ambientais prévia e de instalação em diversas esferas administrativas. Ainda não conseguimos avançar muito na tarefa de organizar e dar maior celeridade aos procedimentos de licenciamento ambiental no Brasil. Há um campo enorme para avançar nessa área, e insistimos que o mesmo estado que cria uma legislação para a gestão do meio ambiente precisa estabelecer procedimentos eficientes para que o setor produtivo possa cumpri-los. ■



ESAB. Há mais de 50 anos presente na produção do petróleo brasileiro.



Com forte atuação na **cadeia produtiva do petróleo**, a ESAB fornece uma completa **linha de consumíveis e equipamentos** para **corte e solda** na construção de **plataformas, tubulações e equipamentos** para a **indústria petroquímica**.

esab.com.br

Consulte a ESAB sobre soluções específicas para as suas necessidades.

| | | | |
|---------------------|----------------------|----------------------|--|
| Belo Horizonte (MG) | Tel.: (31) 2191-4970 | Fax.: (31) 2191-4976 | vendas_bh@esab.com.br |
| São Paulo (SP) | Tel.: (11) 2131-4300 | Fax.: (11) 5522-8079 | vendas_sp@esab.com.br |
| Rio de Janeiro (RJ) | Tel.: (51) 2141-4333 | Fax.: (21) 2141-4320 | vendas_rj@esab.com.br |
| Porto Alegre (RS) | Tel.: (51) 2121-4333 | Fax.: (51) 2121-4312 | vendas_pa@esab.com.br |
| Salvador (BA) | Tel.: (71) 2106-4300 | Fax.: (71) 2106-4320 | vendas_sa@esab.com.br |